

AJ 10.173

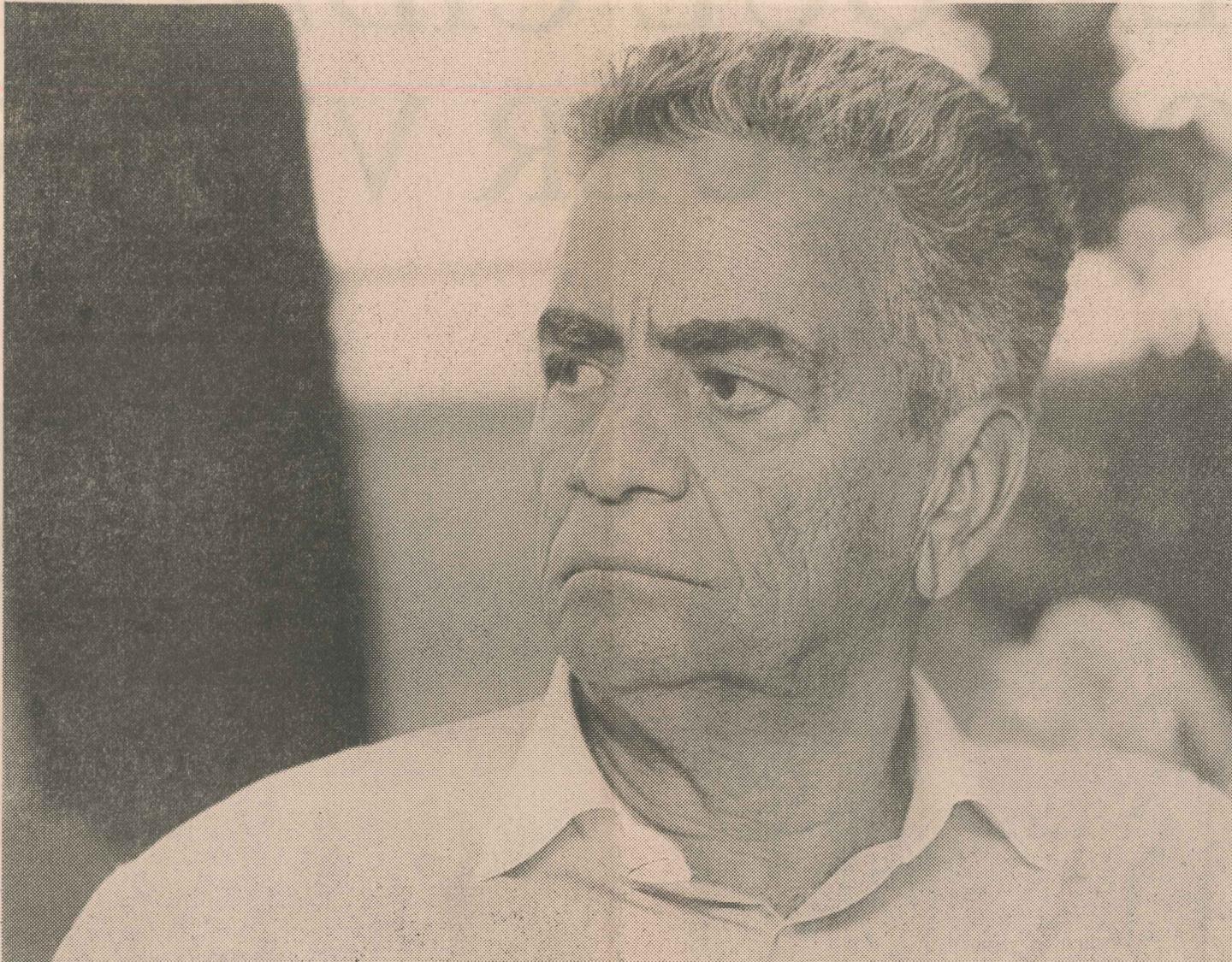
ONGs sofrerão devassa

■ Marcello mandará secretários de Segurança, Trabalho e Fazenda investigar atuação de entidades para separar 'o joio do trigo'

O governador Marcello Alencar quer promover uma devassa nas atividades das organizações não-governamentais no Rio de Janeiro. Convencido de que algumas ONGs servem de "fachada para oportunistas" — conforme palavras ditas a um assessor — o governador vai determinar aos secretários de Segurança Pública, Nilton Cerqueira, de Trabalho, Aldir Cabral, e de Fazenda, Edgar Rocha, que se juntem para investigar a atuação e a contabilidade das entidades. Marcello também articula com deputados aliados a abertura, na Assembleia Legislativa, de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as ONGs.

Os três secretários serão convocados pelo governador ao Palácio Guanabara, hoje, para receber orientações sobre a devassa. "É preciso separar o joio do trigo", disse Marcello Alencar ao assessor. Para o governador, devem ter prioridade nas investigações as ONGs subvencionadas por organizações estrangeiras e voltadas para a área social, com atuação junto a menores, favelados e vítimas da violência urbana. Segundo o auxiliar, o governador considera que "há ONGs boas, mas, também, muita picaretagem com dinheiro lá de fora e com conexões religiosas".

As ONGs estão na mira de Marcello Alencar desde o início do bate-boca público que o governador trava com o pastor Caio Fábio, presidente da organização não-governamental Visão Nacional de Evangelização (Vinde), em torno da apreensão, na quinta-feira, de 2.097 papérolas de cocaína na Fábrica de Esperança, em Acari, vinculada à ONG. Na polêmica, o governador insinuou mais de uma vez



Marcello acredita que algumas ONGs da área social são fachadas para oportunistas que não trabalham a favor da sociedade

Alexandre Durão — 9/11/94

Pastor monta grupo especial de investigação

Para apurar se existe envolvimento de empregados da Fábrica de Esperança, em Acari, com traficantes de drogas, o pastor Caio Fábio D'Araújo Filho, presidente da organização não-governamental Visão Nacional de Evangelização (Vinde), decidiu promover investigação paralela às realizadas pela polícia sobre a apreensão de 2.097 papérolas de cocaína na instituição, na quinta-feira. Ele reúne-se hoje com integrantes de comissão criada para a sindicância interna, formada por um general, um juiz, um coronel reformado da PM e dois agentes federais — todos, evangélicos.

A investigação abrangerá as 186 pessoas que trabalham na Fábrica de Esperança — 71 empregados, 80 funcionários de empresas e entidades ligadas a projetos educacionais e 35 trabalhadores de empreiteiras. O pastor manifestou desconfiança quanto à apuração iniciada pela polícia, ao lembrar que o governador Marcello Alencar insinuou que haveria envolvimento de diretores da Vinde, mantenedora da Fábrica, com o tráfico. "Qualquer investigação da polícia é suspeita, porque o governador já julgou e deu veredito. Dou graças a Deus por ele ser governador, e não juiz", disse Caio Fábio. O pastor contestou, também, o prefeito Cesar Maia, que disse ter conhecimento de que, desde janeiro, crian-

o governador insinuou mais de uma vez que diretores da Vinde e da fábrica teriam envolvimento com traficantes — acusação que uniu em solidariedade a Caio Fábio várias entidades civis do Rio, alinhadas no movimento Viva Rio.

Um dos argumentos de Marcello Alencar refere-se às facilidades com que as ONGs arregimentam recursos no país e no exterior, junto a governos e organizações humanitárias com grandes lastros de caixa. Como têm, na maioria, o status de entidades de utilidade pública perante a União e os governos estaduais e municipais, as organizações são isentas de Imposto de Renda e de outros tributos. No entender do governador, os diretores de ONGs gozam de ampla margem de manobra para manipular o dinheiro recebido — nem sempre a favor da sociedade, avalia Marcello —, pois as entidades não sofrem fiscalização contábil da Receita Federal e das secretarias estaduais de Fazenda.

□ O Brasil conta hoje com cerca de 5 mil ONGs atuando em várias frentes sociais, das quais 750 localizadas no Rio. De acordo com pesquisas do Instituto de Estudos da Religião (Iser), 40% das entidades trabalham com ambientalismo, 17% com movimentos populares, 15% com direitos da mulher, 11% com questão racial, 6% com crianças carentes, 3% com Aids, 1% com índios e 7% com outros assuntos. De acordo com a coordenadora de pesquisa do Iser, Leilah Landim, o instituto considera ONG uma entidade civil, sem fins lucrativos, autônoma e que trabalha com projetos de promoção social e de criação de cidadania, direitos civis e sociais, propondo cada vez mais, políticas públicas e parcerias com o governo. A pesquisa do Iser se baseou nas entidades filiadas à Associação Brasileira de ONGs, que tem sede em São Paulo e 300 associados em todo o país. Uma das conclusões do estudo é que grande parte dos ONGueiros tem curso universitário.

Investigação revolta líderes de organizações

Diretor do Instituto de Ação Cultural, o cientista social Miguel Darcy de Oliveira considera um retrocesso a promessa do governador Marcello Alencar de promover uma “devassa” nas organizações não governamentais (ONGs). “A atitude do governador vai em sentido contrário à tendência mundial de reunir governo e sociedade civil em parcerias. As organizações não governamentais surgiram há 15, 20 anos, quando se vivia um contexto de autoritarismo. O Brasil mudou e as ONGs pararam de se confrontar com o governo e se abriram para a colaboração”, diz ele.

Segundo Miguel Darcy de Oliveira, a

tendência é o estreitamento da parceria entre organizações não governamentais e poder público, e não o confronto pretendido pelo governador. Para ele, manter uma atitude de hostilidade e suspeita não tem nada a ver com o clima de colaboração demonstrado pelo governo federal, que reconhece as ONGs como parceiras.

“O Brasil já amadureceu para sair de uma atitude de concorrência para uma atitude de somar esforços. A postura do governador não ajuda, só divide. O estado sozinho não resolve nada e a sociedade civil sozinha também não. Temos que somar e não ficar em querelas e oposições”, afirma o cientista social.

O coordenador do Movimento Viva, antropólogo Rubem César Fernandes, também defende a parceria e cita o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso como interessado nessa participação.

“O Ministério das Relações Exteriores

convidou algumas ONGs para discutir e preparar a participação brasileira nas conferências internacionais da Organização das Nações Unidas. Os ministérios da Saúde e da Educação têm programas que contam com a participação de organizações não governamentais, e o Plano Nacional de Direitos Humanos, que será lançado no dia 10 de dezembro pelo próprio presidente está sendo elaborado por uma ONG, o Núcleo de Estudos da Violência da USP”, exemplifica.

Para Rubem César o desenvolvimento das organizações não governamentais é uma tendência mundial. O sociólogo afirma que o paternalismo do governo entrou em falência no mundo inteiro.

“A alternativa que se desenha agora é a parceria do estado com a sociedade civil, e as ONGs são a expressão mais clara disso. O serviço público não é apenas dever do estado, mas também dessas entidades”, diz Rubem César Fernandes.

Constituição protege as associações

A intenção do governador Marcello Alencar de realizar uma devassa nas organizações não-governamentais (ONGs) fere o inciso 18 do artigo 5º da Constituição Federal — “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” — e pode render processos civis, administrativos ou criminais por abuso de poder contra o estado. Na opinião de advogados, o governador só poderia investigar legalmente o trabalho das ONGs através da Justiça ou do Ministério Público.

Mesmo assim, a provocação do Ministério Público ou a instauração de uma ação

judicial comum necessitariam de indícios razoáveis contra cada uma das ONGs a ser investigada. Segundo Ricardo Pereira Lira, especialista em direito civil e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), as ONGs têm toda a proteção legal destinadas às pessoas jurídicas e não há fundamento constitucional que autorize a realização de uma devassa baseada em simples suspeita.

“O governador tem que apresentar indícios contra as organizações, que ainda serão analisados pelo Ministério Público ou pela Justiça e estes decidirão sobre as investigações”, explicou Ricardo. Na área de investigação criminal, o governador também esbarra no Ministério Público e na Justiça. A única maneira de o governo do estado determinar a investigação das ONGs sem recorrer ao Ministério Público ou à Justiça é através da instauração de inquérito policial, mas isso só é possível com a obtenção de flagrante.

Na área financeira, o estado também não tem competência legal para realizar uma devassa nos termos pretendidos pelo governador. De acordo com o advogado Marcelo Cerqueira, isso só seria possível se as organizações recebessem verba dos cofres do estado, o que não acontece. Neste caso, as ONGs teriam que prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Segundo o advogado Tércio Lins e Silva, o governador poderia recorrer à Receita Federal para investigar a contabilidade das organizações. “Mas isso é um risco. Se ele provocar a ação de outra autoridade sem acusações concretas de irregularidade, pode ser responsabilizado legalmente”, acrescentou Tércio. Na área fiscal, a determinação de uma devassa fica ainda mais difícil para o governador, já que as ONGs não estão sujeitas a impostos estaduais, além de serem isentas dos impostos federais.

bem, o prefeito Cesar Maia, que disse ter conhecimento de que, desde janeiro, crianças da Fábrica estariam sendo usadas por traficantes para transportar drogas. “O prefeito deve ter bola de cristal, pois a Fábrica só começou a trabalhar com crianças em maio”.

Manifestação—Moradores de Acari realizam hoje, às 11h, em frente à Fábrica de Esperança, manifestação de apoio a Caio Fábio, que prometeu comparecer. Para melhorar a segurança na Fábrica de Esperança, o pastor pediu ao secretário de Segurança Pública, Nilton Cerqueira, que aumente a vigilância da PM nos fundos dos galpões da instituição. Caio Fábio solicitou, também, mais PMs no Centro Comunitário de Defesa da Cidadania — programa do governo estadual que funciona na Fábrica. O diretor de operações da instituição, Henrique Callado, disse que estuda a adoção de revista das pessoas que entram no estabelecimento. A Vinde, acrescentou, pretende contratar empresa de vigilância.

De acordo com Henrique Callado, os PMs sabiam da localização da droga quando entraram na Fábrica, na quinta-feira. Callado distribuiu fotocópia da planta baixa das instalações para mostrar que a droga foi encontrada a cerca de 70 metros do portão que liga o Centro de Defesa da Cidadania às demais instalações da Fábrica.

Passagem aberta—Henrique Callado informou que a chave do portão está sob responsabilidade do coordenador do programa estadual, que conhece apenas como Ricardo. Disse que a passagem costuma ficar aberta para os funcionários e PMs que tomam conta do Centro. “A Polícia Militar tem acesso à Fábrica durante 24 horas”, frisou, contestando a versão da PM de que seguranças teriam dificultado a entrada dos policiais. Quando eles chegaram, relatou o diretor de operações, os vigilantes estavam abrindo o portão de automóveis para a saída do coordenador do programa mantido pela Xerox do Brasil, Fernando Moça.